



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso

Alessandra dos Santos Abreu

A relevância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal em tempos de Covid-19.

Brasília - DF
Março de 2024



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso

ALESSANDRA DOS SANTOS ABREU

A relevância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) para a segurança alimentar da população do Distrito Federal em tempos de Covid-19.

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social na UnB como
requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Dra. Camila
Potyara Pereira.

Brasília
Março de 2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Maria Gorete. Sou uma pessoa de muitos bens, o maior deles é ter nascido filha da mulher forte e resiliente que ela é. Dedico-lhe todas as minhas conquistas, porque sem toda sua luta eu jamais estaria onde estou.

Agradeço também aos meus irmãos que nunca me deixaram passar por nenhuma crise, angústia e sofrimento sozinha, sempre me deram apoio, conselhos e carinho. Heloísa e Anderson, sem vocês o caminho não teria sido o mesmo. Vanessa, você me deu forças e apoio todos os dias, não me deixou só e tranquilizou meus dias, até nos momentos de mais ansiedade.

Agradeço aos meus companheiros nessa vida. À minha querida amiga Daniella eu agradeço do fundo do meu coração, porque há cinco anos ela segurou minha mão e veio comigo até aqui, sem nunca largar. O caminho não teria sido tão prazeroso sem sua companhia e irmandade. Ao meu namorado Lucas, você foi abrigo nos momentos de tempestade.

Agradeço imensamente a Silvânia Caribé, que me recebeu e acompanhou em minha visita à cozinha solidária do MTST, a Beatriz Blackman que se dispôs a compartilhar sua experiência na posição de mulher e militante e todes que disponibilizaram tempo e conhecimento para que minha pesquisa fosse realizada.

Agradeço a todas as mestras e mestres que nesta jornada me instruíram, auxiliaram, e contribuíram para além da minha formação profissional. Me sinto muito privilegiada pela oportunidade de ter sido aluna de cada um.

Agradeço às mulheres que vieram antes de mim! Que graças à luta e coragem tenho o direito de ir e vir e, assim, buscar me tornar quem eu almejo ser.

"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários".

Marilda Yamamoto

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca elucidar e qualificar o serviço realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) como importante implementação de ações paliativas para tratar a insegurança alimentar no território do Distrito Federal (DF), com ênfase no período da pandemia de Covid-19 no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Além disso, aborda a interseccionalidade presente na realidade vivida nas periferias do Distrito Federal, quando se observa que a característica predominante nas localizações mais pobres e esquecidas são de mulheres pretas, chefes de famílias monoparentais, e como o cruzamento de discriminações em detrimento de uma classe social específica de indivíduos é exposto no âmbito da Cozinha Solidária do MTST, na região do Sol Nascente, na Ceilândia/DF. Utilizando uma das modalidades de revisão bibliográfica sistemática, este trabalho contou com a metodologia de revisão de literatura, e, mais especificamente, com a revisão integrativa junto a uma pesquisa bibliográfica documental. Ademais, a compreensão de análise do materialismo histórico-dialético foi base para todo o processo de pesquisa. Dentre os resultados da presente pesquisa foi observado o impacto positivo das atividades desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, não só de distribuição de alimentos gratuitos, bem como de apoio à população com o fornecimento de oficinas junto a entidades como a Universidade de Brasília e outros. Desta forma o objeto deste trabalho são as ações realizadas pelo MTST como importante estratégia paliativa no atendimento da insegurança alimentar e nutricional no território de Sol Nascente/Distrito Federal, com ênfase no período da pandemia da Covid-19 no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Covid-19; Política social; Segurança Alimentar; Fome; Cozinha Solidária.

ABSTRACT

This Course Completion Work seeks to elucidate and qualify the service carried out by the Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) or Homeless Workers Movement as an important implementation of palliative actions to treat food insecurity in the territory of the Federal District/Brazil, with emphasis on the period of the Covid-19 pandemic in the government of former president Jair Messias Bolsonaro. Furthermore, it aims to address food and nutritional insecurity, as well as the condition of hunger throughout Brazilian history. Furthermore, it addresses the intersectionality present in the reality experienced in the outskirts, when it is observed that the predominant characteristic in the poorest and most forgotten locations are black women, heads of single-parent families. Using one of the modalities of systematic bibliographic review, this work relied on the literature review methodology, and, more specifically, on the integrative review. Furthermore, the understanding of the analysis of historical-dialectical materialism was the basis for the entire research process. Among the results of this research, the positive impact of the activities developed by the Homeless Workers Movement was observed, not only the distribution of free food, but also support for the population with the provision of workshops with entities such as the University of Brasília and others.

Keywords: Homeless Workers' Movement; Covid-19; Social policy; Food security; Hunger; Solidarity kitchen.

ÍNDICES DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Fatores determinantes da fome.

Quadro 2: Descrição das medidas advindas da LOSAN.

Figura 1: A fome vista de perto, charge - Kleber.

Figura 2: Trabalho, casa - Frente povo sem medo (Latuff, 2019).

Figura 3: Auxílio Emergencial (Bruno Lanza, 2021).

Figura 4: Auxílio emergencial (J. Bosco).

Figura 5: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na rua.

Figura 6: Encontro do curso “*Direitos, comida e mulheres*” realizado na cozinha solidária do MTST no Sol Nascente - Parceria do MTST DF e o projeto *Multiplicassem* da Universidade de Brasília.

Figura 7: Direito à Alimentação MTST.

Figura 8: Povo sem medo (Latuff, 2019).

LISTA DE SIGLAS

BNH - Banco Nacional da Habitação

CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DF - Distrito Federal

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

ENDEF - Estudo Nacional de Despesa Familiar

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FGTS - Fundo de garantia do Tempo de Serviço

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NHB - Necessidades humanas básicas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

RAs - Regiões Administrativas

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema único de assistência social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O PAPEL DO ESTADO.....	17
1.1 Contextualização e caracterização da fome no território Brasileiro.....	17
1.2 Conceitualização sócio-histórica da Insegurança Alimentar e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.....	21
CAPÍTULO 2 - A PANDEMIA DA COVID-19 E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXPOSTAS PELA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	27
2.1 Contextualização do período da pandemia da covid-19 para a questão da segurança alimentar no território brasileiro.....	27
2.2 Expressões de resistência frente à fome e à insegurança alimentar e nutricional.....	30
2.3 A interseccionalidade como expressão da questão social exposta pelo MTST.....	32
CAPÍTULO 3 - O TRABALHO REALIZADO PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO DISTRITO FEDERAL.....	35
2.1 Levantamento das ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em Sol Nascente/DF no período da pandemia da Covid-19.....	35
2.2 Assistência social, a questão social e o assistencialismo.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Desde a formação e o desenvolvimento urbano do Distrito Federal, observou-se o afastamento das classes sociais por localidade, onde os migrantes chegados à futura capital do país para trabalhar em sua construção, atraídos por uma possível melhoria na qualidade de vida, foram cada vez mais sendo alocados nas regiões periféricas do DF. O início desse processo ocorreu com a formação da cidade Taguatinga, seguida pelo desenvolvimento da cidade Ceilândia, que recebeu esse nome por ser um Centro de Erradicação de Invasões (CEI), que surgiu para abrigar trabalhadores, em sua grande parte nordestinos, e suas famílias que se envolviam em conflitos por terras urbanas centrais (MELLO, 20).

Tendo este cenário de formação urbana em mente, entende-se que os conflitos por moradia são intrínsecos à formação de Brasília e do Distrito Federal¹. Para que fosse construída uma Capital no interior do Brasil, foi necessária a vinda de muitos trabalhadores, que após terem seu trabalho concluído, não seriam bem-vindos na sede do poder do país, para a qual tanto contribuíram. A formação das regiões administrativas hoje existentes² se deu neste contexto de afastamento das classes sociais econômicas mais baixas do centro de Brasília.

Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2023)³, o Distrito Federal possui grande desigualdade, não apenas econômica, mas também racial e de gênero, sendo observado em suas regiões administrativas menos centralizadas, os maiores índices de pauperização, abandono e repressão estatal. São em regiões como a do Sol Nascente, na Ceilândia, que, até os dias atuais, pode-se encontrar falta de saneamento básico, esgoto a céu aberto entre outras questões de saúde pública emergenciais, que afetam diretamente a saúde da população. Aspectos como os supramencionados devem ser levados em conta quando iniciamos a discussão da segurança alimentar no DF, visto que onde se encontra menor injeção de recursos públicos, é exatamente onde está o problema da fome ou da alimentação de baixa qualidade.

¹Brasília foi inaugurada como capital do Brasil em 1960, a partir de um projeto arquitetônico, e está localizada dentro do território do Distrito Federal, no Centro-Oeste.

²As regiões administrativas possuem o objetivo de, a partir de limites físicos, definirem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos. O Distrito Federal é dividido em 35, são elas: Água Quente, Arapoanga, Águas Claras, Arniqueira, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Fercal, Gama, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, SCIA/Estrutural, SIA, Sobradinho, Sobradinho, Sol Nascente e Pôr do Sol, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão e Vicente Pires.

³ Disponível em: <https://inesc.org.br/desigualdades-sociais-no-df-aumentam/>

A lacuna dos direitos fundamentais, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)⁴, apresenta fortemente suas expressões nas cidades mais abandonadas pelo poder público, onde se encontra a população mais pobre e, majoritariamente, preta.

A situação piorou muito no contexto epidêmico. Em fevereiro de 2020, o Brasil registrou o primeiro caso de contágio pelo novo coronavírus, responsável pela pandemia mundial da Covid-19, que mataria quase 7 milhões de pessoas em todo o mundo.

Devido à forte propagação do vírus que chegava de forma violenta, o Brasil iniciou uma quarentena, de forma que evitasse a intensificação da contaminação por este vírus que afeta o aparelho respiratório humano e deixa sequelas, até então não previsíveis. Para muitos cidadãos, entrar em estado de quarentena significou muito mais do que estar recluso em suas casas se protegendo: significou não poder sair em busca do sustento de suas famílias. Diaristas, pedreiros, motoristas, comerciantes, entre outros profissionais, se viram na situação de não ter como evitar a exposição ao vírus face à necessidade de trazer o alimento necessário para a subsistência de suas famílias.

O Governo Federal brasileiro, para trabalhadores autônomos e informais, aprovou a transferência direta de um auxílio emergencial, no valor de seiscentos reais, com a prerrogativa de que as famílias brasileiras pudessem manter o mínimo de dignidade durante esse difícil período. No entanto, a realidade que se observou foi a do aumento da fome no território brasileiro, atingindo níveis severos que não eram vistos desde o ano de 1990 (CRAVO, GULARTE, 2023). Diante deste cenário, pôde-se observar ações de movimentos sociais, que em muitos estados brasileiros, como no Distrito Federal, ofereceram gratuitamente por meio de doações da sociedade civil, a única alimentação que muitas famílias teriam nesse período.

O MTST possui suas principais prerrogativas, mas além disso, atua de forma abrangente, tendo grande importância na vida de tantas pessoas, que começaram a ter perspectivas de melhorias para sua comunidade após o contato com o MTST, e que além disso, puderam tomar conhecimento de quem de fato são e qual é o seu papel na sociedade. Ao se aproximar da luta por moradia e pela reforma urbana, desenrola-se um fluxo intelectual na vida destes militantes, onde cresce o entendimento de direitos e coletividade, se tornando armas para lutar por uma vida digna para eles e seus descendentes. Sendo assim, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto clarifica o hiato existente na garantia de direitos

⁴O respeito ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 tendo sido regulamentado pela LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006.

civis por parte do Estado, e ainda, sua importância se reflete até mesmo no que diz respeito ao instruir e fazer entender quais são os direitos e deveres de cada cidadão.

Frisa-se que é esperado dos chefes de Estado brasileiros que não normalizem a transferência para ONGs, movimentos sociais, indivíduos e famílias, da responsabilidade no atendimento de demandas sociais. No DF, por exemplo, a distribuição de refeições gratuitas e cestas básicas, que muitas vezes salvam mais um dia de vida de moradores de RAs como Samambaia, Estrutural, Fercal e outras, fica sob responsabilidade de Organizações Sem Fins Lucrativos e Movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A responsabilidade do Estado, de garantir que a população não passe fome e, que além disso, tenha alimentação de qualidade, desde a pandemia da Covid-19 vem se mostrando cada vez menos prioritária para os chefes de Estado do DF (Rodrigues; Kauchakje; Oliveira, 2023). No entanto, frente à ausência estatal, a luta popular organizada, além de militância e ação, contribui para garantir o básico para seus integrantes.

Tendo em vista a luta por direito à moradia urbana no Brasil, em 1997 foi fundado o MTST, na região metropolitana de Campinas em São Paulo, surgindo do encontro do MST com movimentos urbanos durante a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária (Falchetti, p. 170, 2022). O MTST é um movimento social que visa a luta por moradia digna para os trabalhadores urbanos sem acesso adequado à habitação. Guilherme Boulos, dirigente do MTST, em sua obra “Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto” (2015), aponta que após a falência do Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 80, o Brasil passou cerca de 20 anos sem políticas de habitação relevantes. Tendo assim, agravamento da questão habitacional brasileira.

Segundo Taynara Freitas Batista Souza (2010), as políticas de cunho neoliberal implantadas nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) agravaram a situação precária de habitação para os trabalhadores das classes mais baixas, sabendo que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) a situação se manteve, não havendo melhoras. As políticas que carregam os interesses das classes dominantes, que não priorizam direitos sociais, são a prerrogativa para que os movimentos populares surjam combatentes às questões emergenciais, como a falta de moradia (SILVA, 2019. p.12). A partir do ano de 2010 ocorre a fase de expansão e consolidação do movimento, tendo uma intensificação das ações e vindo a ser um dos principais atores políticos no campo da esquerda, como afirma Falchetti (p. 180, 2022), se estabelecendo em demais regiões do Brasil, como na capital Brasília.

A moradia tem papel fundamental no que diz respeito à segurança alimentar. Ter um ambiente adequado é substancial para a busca por recursos ligados à alimentação, à educação e à saúde, e o MTST advoga pela reforma urbana para que haja melhorias e direitos sociais assegurados, diminuindo a desigualdade social nas periferias e promovendo qualidade de vida a tantas trabalhadoras e trabalhadores que, por muitas vezes, tiveram que considerar a moradia como um privilégio e não um direito, como definitivamente é.

O movimento possui a iniciativa das cozinhas solidárias⁵, que visam fornecer refeições gratuitas para pessoas em situação de vulnerabilidade social⁶ nas periferias do Distrito Federal. As cozinhas funcionam a partir de doações e trabalhos voluntários, se localizam em regiões administrativas periféricas que possuem altos índices de pobreza e fazem grande diferença na vida de quem passa pela situação de insegurança alimentar. O trabalho realizado pelo movimento é importante, porém deve ser visto como paliativo e emergencial, já que é voluntário e realizado graças ao comprometimento de um Movimento Social e não uma ação estatal prevista em lei. É direito de todo cidadão ter acesso à alimentação de qualidade, e por isso, a transferência de responsabilidade do governo para movimentos sociais, pode se constituir como uma ameaça à garantia de direitos. No entanto, com as cozinhas solidárias o MTST possui o objetivo, também, de chamar a população à luta por direitos básicos, sendo símbolo de resistência e mobilização social para que as pessoas que vivem em situações precárias deixem de ser invisibilizadas e tenham suas demandas atendidas (MTST, 2023).

Junto a universidades e colaboradores do movimento, o MTST realiza grupos de estudos e atividades para instruir e engajar a população na construção de hortas comunitárias, no tratamento do lixo doméstico, na alimentação de qualidade, entre outras temáticas que vêm dando força para uma mudança social, a partir da maturação do pensamento coletivo e estrutural.

Desta forma o **objeto** deste trabalho são as ações realizadas pelo MTST como importante estratégia paliativa no atendimento da insegurança alimentar e nutricional no

⁵ Um recurso para garantir a segurança alimentar das pessoas mais vulneráveis.

⁶ Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por fatores, tais como pobreza, crises econômicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano, ou cultural, dentre outros, que gera fragilidade dos atores no meio social. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/>. Acesso em 10 fev. 2024.

território de Sol Nascente/Distrito Federal, com ênfase no período da pandemia da Covid-19 no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

O **objetivo geral** deste trabalho é analisar criticamente as ações de combate à insegurança alimentar promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto para a população do Distrito Federal, no contexto do aumento da fome ocasionado pela pandemia da Covid-19 durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Além de toda a questão urbana e alimentar, dentro da perspectiva de luta familiar por direitos básicos como o DHAA, percebemos como questões sociais advindas desta sociabilidade erguida no desenvolvimento do capitalismo, como a própria fome (PAULO NETTO, 2001), recai sobre a parcela historicamente mais atingida pelo preconceito racial, socioeconômico e de gênero. Observa-se que a falta de subsídios e o abandono do governo do Distrito Federal, afeta radicalmente a vida de muitas mulheres. Assim, tivemos como **objetivo específico** estudar o papel das mulheres, em sua grande maioria pretas e chefes de famílias monoparentais, que são presença majoritária e expressiva na linha de frente de movimentos como o MTST, diante da difícil realidade vivida nas regiões administrativas do DF.

Tratar a relevância dos movimentos sociais no território do DF têm significativa importância. Movimentos como o MTST protegem e representam grandes grupos de pessoas, fortemente necessitadas de atenção às suas demandas. Ao aproximar-se do assunto, e, além disso, conhecer os espaços territoriais onde os movimentos atuam e concretizam sua importância para a dignidade de muitos cidadãos, fica clara a necessidade de que seja trazida a discussão acerca do assunto. A partir de informações obtidas por conversas e experiências observadas em visitas à Cozinha Solidária do MTST, no Sol Nascente, na Ceilândia, foi possível observar a diferença que as ações coletivas mantidas por grupos organizados da sociedade fazem na vida daqueles que são diariamente injustiçados no processo democrático da sociedade brasileira. Os movimentos sociais, a exemplo do MTST, transformaram a questão social⁷ numa questão política e pública, bem como desenvolveram a visibilidade da mesma, como afirma Gramsci (1921). Apreende-se então que, até mesmo para que a classificação teórica e prática da questão social fosse definida, os movimentos sociais, que expressam os interesses das classes subalternas, tiveram grande papel.

⁷ Entendida como expressão das contradições advindas das relações sociais de produção e das lutas dos trabalhadores que conferem visibilidade a essas contradições, segundo Gramsci.

Há mais de 40 anos o associativismo popular⁸ apresenta-se historicamente na realidade brasileira como importante forma de, não apenas manifestação e requerimento de direitos sociais, mas também, como importante fonte de informações e dados da sociedade, de tal maneira que corroboram para uma análise orgânica da sociedade capitalista, possibilitando empiricamente que se observe a complexidade e as contradições da mesma.

Foi utilizado o método materialista histórico-dialético marxista, como guia e instrumento lógico, para que fosse possível analisar a relevância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto para a segurança alimentar e nutricional da população do DF. Por meio da dialética marxista, pode-se interpretar a realidade e buscar compreender o mundo, de tal forma que a separação entre sujeito-objeto seja superada e a contrariedade do mundo possa ser analisada para que, porventura, possa ser combatida. A partir do entendimento de que o Brasil possui uma sociedade complexa e contraditória regida pelo modelo capitalista de produção, onde a questão social advinda desse modelo se manifesta fortemente, é possível acreditar que a melhor lente a ser utilizada para analisar essa sociedade é o materialismo histórico-dialético, buscando abandonar a despolitização e o “a-classismo” que se dá a sociedade civil.

Para realizar a pesquisa deste trabalho, foram realizadas quatro etapas: 1) formação da questão de pesquisa; 2) busca de literatura; 3) avaliação dos artigos, livros e textos selecionados; e 4) síntese do conhecimento. Para que fossem encontradas respostas apropriadas, foi pensada uma questão norteadora: devido à falta de proteção social efetiva por parte do governo, qual a relevância das ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto no combate à insegurança alimentar e nutricional da população do Sol Nascente/Distrito Federal, focando o período em que o Brasil sofreu com a pandemia da Covid-19 e com os desmontes sociais promovidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro?

A busca por referenciais se deu nos bancos de dados eletrônicos LILACS (Literatura Científica e Técnica da América Latina e Caribe), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Scholar. As palavras-chave utilizadas como descritores foram “Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto”; “Covid-19”, “Política pública”, “Política social”, “Segurança Alimentar”, “Fome” e “Cozinha Solidária”. Foram considerados artigos originais, desde as primeiras publicações sobre o assunto até o presente (2002-2024), para fazer uma breve contextualização ao leitor de como era a situação de insegurança alimentar antes da pandemia de Covid-19. Para a efetividade de inclusão e de exclusão dos artigos selecionados, foram

⁸ Tendência ou movimento dos trabalhadores de se congregarem em associações representativas (órgãos de classe, sindicatos etc.), para a defesa de seus interesses.

utilizadas as leituras de reconhecimento do material bibliográfico, a leitura exploratória e a leitura seletiva.

Para que fosse possível identificar as ações do Governo Federal no âmbito das políticas públicas de SAN foram analisados os boletins do Centro de Coordenação de Operações do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 (CCOP) no site da Casa Civil, além das *homepages* de ministérios setoriais, no período de março a maio de 2020. Em seguida, as ações foram sistematizadas segundo as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

No que diz respeito às ações do MTST do DF, que buscassem mitigar os efeitos da crescente insegurança alimentar e nutricional no território, foi feita visita à Cozinha Solidária do Sol Nascente e recolhidas declarações de militantes e colaboradores do movimento. Ademais, foram feitas buscas por informações relevantes no site oficial do MTST - DF. A metodologia qualitativa é a que maior atende ao estudo de movimentos sociais, já que, junto aos dados empíricos coletados, torna possível analisar com efetividade as ações implementadas pelo movimento e seu impacto. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para análise de dados e documentos.

Foram pensados três capítulos para que este trabalho fosse realizado, onde o primeiro trata as questões da fome, da insegurança alimentar e nutricional e o papel do Estado brasileiro. No primeiro capítulo é contextualizada e caracterizada a fome no Brasil, bem como a própria insegurança alimentar e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

Em seguida é tratado o contexto em que o Brasil vivenciou a pandemia da Covid-19, com ênfase no desdobrar dos índices de segurança alimentar e nutricional tendo em vista o caótico momento em que o mundo se encontrava. Ainda no segundo capítulo, são expostas formas de resistência históricas frente a insegurança alimentar e nutricional, abordando o valor cultural que possui o alimento para tantas populações tradicionais. A interseccionalidade como expressão da questão social, exposta pelo MTST, também é levantada nesta segunda parte, com o objetivo de salientar a relevância que têm o papel desempenhado pelas mulheres, em sua maioria pretas e chefes de famílias monoparentais.

No terceiro capítulo é apresentado o trabalho realizado pelo MTST no DF, bem como as ações executadas no âmbito da cozinha solidária do Sol Nascente na Ceilândia. É exposto neste capítulo a dimensão que tomou o espaço físico da cozinha solidária, não apenas sendo relevante para que seja atenuada a insegurança alimentar e nutricional dos militantes do movimento, mas também como local de ganho de conhecimento e representatividade. Ao

final do terceiro capítulo, é tratada a assistência social, a questão social e o assistencialismo, a fim de que estejam esclarecidas as significativas diferenças entre os termos.

CAPÍTULO 1

Fome, insegurança alimentar e nutricional e o papel do Estado

Figura 1: A fome vista de perto, charge - Kleber



Fonte: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil⁹

⁹ Disponível em: <https://ctb.org.br/economia-3/brasil-das-trevas-tem-33-milhoes-de-famintos/>. Acesso em 5 fev. de 2024.

CAPÍTULO 1 - FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O PAPEL DO ESTADO

Este capítulo tem como objetivo elucidar os conceitos de fome e insegurança alimentar, trazendo junto a isto o papel do governo brasileiro, bem como o do Distrito Federal mais exclusivamente. Objetiva também, expor sócio historicamente a trajetória da formalização do conceito de segurança alimentar, trazendo acontecimentos que fizeram a história tomar os caminhos que hoje podemos observar. Além disso, contextualiza a fome e a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19, assim como salienta as ações do governo frente às adversidades vividas pela população brasileira.

1.1 Contextualização e caracterização da fome no território Brasileiro.

O conceito de fome, no português brasileiro, é abrangente e pode significar de apenas vontade de comer a um estado crítico de desnutrição, logo a fome se manifesta em quadro de subnutrição, pela ausência de alimentos, em associação ou não com outros fatores (Monteiro, 2003; Victora, 2003) como a pobreza e a exclusão social.

Há inúmeras formas de um indivíduo vivenciar a condição de fome, como afirma Flávio Luiz Schieck Valente¹⁰, (2003, p. 57):

Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome, mesmo que a causa principal não seja falta de alimento.

Dito isto, a fome não se mede apenas economicamente ou nos estados físicos humanos, mas também em diversos outros aspectos que circundam a vivência humana nas óticas básicas da rotina vivida por milhões de brasileiros. Os principais fatores que podem determinar a fome, segundo o repositório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2014 estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Fatores determinantes da fome.

¹⁰ Médico, Mestre em Saúde Pública pela Harvard School of Public Health, Bosto/USA. Relator Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação, Água e Terra Rural - Plataforma Brasileira. DHESC/ABRANDH. Coordenador de projetos - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos -ABRANDH. Membro do Comitê Diretivo do Comitê Permanente de Nutrição da ONU (2001 - 2004). Secretário Executivo Internacional da Aliança dos Povos para Ação e Nutrição - APAN (2003 - 2004). Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (desde 1998).

Fatores	Descrição
Históricos	Toda sociedade tem uma história que pode ser entendida como a interação entre economia, política, ideologia etc. Nesse contexto, a fome pode advir de diversos fenômenos, como: imperialismo, colonialismo, neocolonialismo, escravidão, êxodo rural, leis de herança, guerras, estamentos sociais etc.
Tecnológicos e ecológicos	São relacionados às condições materiais e técnicas de produção (recursos potenciais), tais como: recursos naturais, clima, fertilidade do solo, <i>know-how</i> tecnológico.
Econômicos	São relacionados às condições sociais de produção (estrutura econômica da sociedade) e envolvem: relações de propriedade, posse ou acesso a meios de produção, estrutura de poder, normas de exploração do trabalho etc.
Culturais e ideológicos	Envolvem fatores relacionados à superestrutura da sociedade, tais como: ideologia, religião, opiniões, concepções morais, crenças e hábitos, leis tradicionais etc.
Políticos	São principalmente relacionados à estrutura do Estado, tendo por base: estrutura de poder (militar e política), legislação e as cortes, direitos democráticos, política fiscal, organização de poder do Estado etc.

Fonte: JONSSON, 1989, p. 55. apud SILVA, 2014, p. 12.

Para os brasileiros, além das condições históricas, tecnológicas e ecológicas, econômicas, culturais e ideológicas e políticas, apresentadas no quadro 1, a pobreza que causa a fome é intensificada com os altos índices de desigualdade social, má distribuição de renda e péssima estrutura de oportunidades no que diz respeito à inclusão social. Assim, podemos afirmar que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres (Barros; Henriques; Mendonça, 2000).

Seguindo uma linha histórica, o Estado brasileiro possui um forte histórico no que diz respeito ao combate à fome, sendo membro ativo nas discussões dentro da principal iniciativa

de articulação internacional para elaboração e planejamento de estratégias contra a fome em âmbito global (Castro, 1992; Hirai; Anjos, 2007), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Desde sua criação, a FAO atestou que a questão da fome da população mundial se ambienta na pobreza de grande parte da população dos indivíduos em cada território. Já no contexto brasileiro, a particularidade observada não fica apenas na dualidade entre fome e pobreza, mas fortemente na desigualdade social, na qual o problema da pobreza precursora da fome, não está na falta de recursos, mas na sua inadequada divisão.

Mesmo com o forte histórico brasileiro nas questões do combate à fome, apenas após as ideias de Josué de Castro¹¹, em seu livro *Geografia da Fome* (1940), que o conceito de fome começou a ser tratado como fenômeno social produzido pela sociedade em sua organização social e econômica, deixando assim de ser vista como algo natural (SIPIONI, 2022).

Ainda no ano de 1940, caminhando para o avanço nas discussões a respeito da população que vivia em situação de insegurança alimentar, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), tendo assim, o Estado brasileiro assumido o papel de conduzir uma política pública que buscasse solucionar os problemas que vinham surgindo com as pesquisas, sendo a alimentação da classe operária a questão mais emergente deste período. A SAPS seguiu sem alterações pelos governos subsequentes, até que teve seu fim em 1967, durante o período da Ditadura Civil Militar brasileira (SIPIONI, 2022).

Nesse período, os programas sociais de combate à fome ficaram sob orientação das estratégias de suplementação alimentar que surgiram a partir do primeiro inquérito nacional no Brasil, que ocorreu em 1970 e foi chamado de Estado Nacional de Despesa Familiar (ENDEF). Em sequência, no ano de 1973, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, sendo uma ampliação das políticas de acessibilidade alimentar, mas que, no entanto, conduziu programas com fortes características assistencialistas, paternalistas e clientelistas (VASCONCELOS, 2022).

Com a redemocratização, a partir de 1985, os programas criados no período de governo ditatorial militar foram em sua grande maioria excluídos e novos foram propostos, porém foi observado o agravamento da pobreza no Brasil, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, quando as políticas sociais tiveram emergente necessidade de melhoria e passaram a compor intensamente a agenda pública do Estado Brasileiro (VASCONCELOS, 2022).

¹¹ Josué de Castro foi um pensador e ativista político brasileiro e tem papel fundamental na criação das primeiras instituições vinculadas às ações públicas na área de alimentação e nutrição no país.

Em meados dos anos 1990, sob a governança de Fernando Collor de Mello¹², devido ao cenário nacional e internacional no que diz respeito a tomadas de atitudes no combate à fome, no Brasil alguns movimentos ganharam força. O mais conhecido foi a Ação da Cidadania Contra a Fome, sendo constituído por indivíduos da sociedade civil que integravam a oposição ao então governo. Em 1993, a exemplo da forte onda de participação da sociedade civil na luta pela segurança alimentar, o sociólogo e ativista Herbert de Souza, conhecido como Betinho, fundou a Ação da Cidadania. Betinho juntou forças com artistas, ativistas e nomes de relevância no Brasil, para convocar a população a fazer o que fosse possível para ser frente ao problema da fome no país. Ainda em 1993, foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, sendo o ponta pé inicial do mais novo conselho do colegiado brasileiro criado, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Se por um lado, os movimentos criados pela sociedade civil neste momento da história brasileira foram de grande relevância, e de fato chamaram atenção para o cenário caótico em que grande parte da população se encontrava no que diz respeito à garantia de direitos, por outro os atores envolvidos nesta luta afirmavam que, para a realidade brasileira, os programas sociais de alimentação e nutrição funcionavam mais como “mecanismo ideológico de mistificação através de ações paternalistas que não tocam nas raízes do problema e terminam legitimando as estruturas socioeconômicas geradoras da fome” (Silva; Silva, 1991, p. 8). Logo, observa-se que não estavam de fato postos com o objetivo final de sanar a fome vivenciada pela parcela da população em situação de privação de direitos (Gomes, p.23).

Tendo início no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e tomando força nos governos subsequentes, o número de brasileiros em situação de fome teve uma redução otimista. Entre os anos 2002 e 2013 foi observada uma queda de 82% no número de brasileiros vivenciando a situação de subalimentação, alcançando no ano de 2014, enfim, a saída do país do Mapa Mundial da Fome do Mundo¹³. Para que esses dados fossem considerados, foi levado em conta o aumento da oferta de alimentos, o aumento da renda dos mais pobres, o programa do Governo Federal de Acesso à Renda, os 43 milhões de crianças e jovens com refeições e a governança, a transparência e a participação da sociedade (recriação

¹² Ex-presidente do Brasil, foi eleito em 1989, após 29 anos sem eleições diretas, e destituído do poder por meio de impeachment em 1992 por corrupção.

¹³ O Mapa da Fome, publicado pela FAO, é uma ferramenta que apresenta o número de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar no mundo. O Mapa aponta os países em que existem populações que não têm acesso à alimentação, têm acesso inadequado ou insuficiente para uma vida saudável.

do Consea), segundo a FAO.¹⁴ A alimentação da população mais pobre do território brasileiro deve ser fortemente considerada quando são levantadas formas de combater a insegurança alimentar leve, moderada ou grave, assim como afirma a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello, assumindo que a fome no país deve ser assunto central e convergir com um conjunto de outras iniciativas de cunho social.

1.2 Conceitualização sócio-histórica da Insegurança Alimentar e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Com o intensificar das discussões acerca dos elementos causadores da fome e as medidas que devem ser tomadas para que seja possível suprimi-la, veio cada vez mais ao uso o termo “segurança alimentar” como oficial nas conferências da FAO.

O conceito de segurança alimentar surge no pós I Grande Guerra Mundial (1914-1918), em que o que se observava era uma Europa destruída e com recursos escassos, crescendo o entendimento de que o pleno acesso a alimentos significava nesta nova realidade ter armas de transformação da realidade. A noção de segurança alimentar teve suas primeiras referências na ideia do uso do alimento como instrumento de controle social e de persuasão, tendo após os conflitos que se seguiram, como a II Grande Guerra Mundial (1939-1945), o início de uma relação em seu sentido com a ajuda humanitária, diante do severo cenário de fome que assolava o continente africano e outros. Até que, finalmente, após a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas pelas mais relevantes nações do mundo, no ano de 1948, a segurança alimentar tornou-se direito humano básico (Gomes, 2015).

Já na década de 1990, em 1992, aconteceu a Conferência Internacional de Nutrição, que incluiu os aspectos nutricionais e sanitários ao conceito de segurança alimentar, adotando como oficial o termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A utilização do conceito SAN significa afirmar que a alimentação de qualidade, limpa e nas quantidades justas é um direito que necessita ser assegurado para a sobrevivência humana, como direito humano básico (IPEA, 2014 p. 14). No Brasil, o direito à SAN foi firmado no ano de 2006, com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

¹⁴Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em: 5 jan. 2024.

Além de definir a segurança alimentar e nutricional, para atingir o objetivo de garantir o DHAA, a LOSAN trouxe junto a ela medidas para a fiscalização, organização e manutenção dos profissionais e métodos responsáveis para assegurar o compromisso firmado pelo governo federal de tirar o país do Mapa Mundial da Fome. Algumas dessas medidas foram a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que passou por uma reformulação devido a priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a , a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015)¹⁵. A descrição das medidas citadas está explicada no quadro a seguir:

Quadro 2: Descrição das medidas advindas da LOSAN.

Medidas	Descrição
SISAN	O Sisan é um sistema de gestão intersetorial de políticas públicas, participativo e de articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Tem como objetivos: formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional; estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil na promoção do direito à alimentação e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

¹⁵Disponível em: <https://nutricao.saude.ms.gov.br/?p=2739>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CONSEA	A Medida Provisória nº 1.154, de 2023, estabelece que “Ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de diretrizes para a garantia do direito humano à alimentação, e integrar as ações governamentais com vistas ao atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome.
CAISAN	A Caisan tem como finalidade promover a articulação dos órgãos e entidades da administração pública afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.
PLANSAN	O PLANSAN 2012-2015 integra dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada.

Fonte: Governo Federal.

Dito isso, a LOSAN objetiva efetivação do direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidades suficientes, sem prejuízo da satisfação de outras necessidades essenciais¹⁶. Junto ao DHAA, a política de segurança alimentar esteve ainda mais fortificada com a criação do SISAN, e a partir dele o Governo Federal, aliado à sociedade civil, pode desenvolver e executar políticas, planos e programas que busquem viabilizar o DHAA¹⁷.

A temática em torno da SAN é intersetorial, não apenas por ter as dimensões alimentar e nutricional, mas também por estar relacionada a toda a questão da prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais, além das boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que se vive e se trabalha (Leão, 2013). De acordo com Valente (2002), quando se trata da alimentação é necessário que não se limite apenas à dimensão nutricional, pois fazê-lo ocasiona um simplificar da noção de vida, como

¹⁶Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

¹⁷ (Lei nº 11.346, parágrafo 1º).

marcada apenas pela sobrevivência biológica, ausentando conteúdos de humanidade. Valente (2002), afirma também que as necessidades humanas básicas (NHB), como a alimentação de qualidade e o próprio ato de comer, estão presentes em todo um conjunto de condicionantes, que tratam de aspectos nutricionais, sociológicos, históricos, políticos e culturais. A promoção da vida propriamente dita está intimamente ligada à capacidade garantida de um sujeito social gozar de saúde e ter autonomia para desenvolver-se. Desta forma, Valente expõe (2002, p. 111):

Não podemos aceitar que o Direito Humano à Alimentação (DHA) fique esperando que haja condições políticas ou econômicas ideais para que ele seja assegurado. Ele é um direito primordial, pois é um direito à própria vida.

Ações assistenciais que assegurem o caráter emergencial das questões relacionadas à fome, são de responsabilidade sistemática do Estado e, não devem ser tema tratado apenas em um ministério, pois “tratá-los adequadamente significaria integrar esforços de todos, para que, de maneira articulada e coordenada, os objetivos de superação das situações identificadas pudessem ser alcançados, livres das superposições e dos desvios que costumeiramente acompanham ações dessa ordem” (Gomes, 2015). Dito isto, é possível abordar a importância da SAN e do próprio DHAA num país com as dimensões do Brasil, país onde foi assumido pelo Governo Federal o objetivo de combater a fome no território nacional.

Tratando de Distrito Federal, pesquisas como a do Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF) realizada nos seminários das Quintas sobre “Segurança Alimentar no Distrito Federal: Um Panorama Sociodemográfico”, apontam que até junho de 2023 pelo menos 720 mil pessoas experienciaram algum nível de fome (leve, moderado ou grave), indicando que aproximadamente 24% da população do DF não possui alimentação adequada. Além de toda a situação de subnutrição flagrada, podemos também perceber os desertos alimentares. Estes são locais onde o acesso a alimentos *in natura*¹⁸ ou minimamente processados é escasso ou impossível. O conceito de Desertos Alimentares ainda atualmente não é tão comumente tratado, porém aborda basicamente a qualidade dos alimentos que chegam para a população, de tal forma que, expõem dados importantes da SAN. Ainda, a pesquisa que trata esse tema elucida também como é a relação socioeconômica da população com sua própria alimentação, onde em áreas de média e alta renda, o número de estabelecimentos que priorizam a venda de ultraprocessados é maior do que, primordialmente, alimentos *in natura*

¹⁸ Alimentos que vieram direto da natureza, como frutas, verduras e legumes.

enquanto em áreas de média e baixa renda, esse número mais do que triplica¹⁹. Em regiões periféricas, como a do Sol Nascente na Ceilândia, pode-se observar lacunas no fornecimento de alimentos tendo como resultado o aparecimento destes desertos alimentares, de tal forma que esta população não encontra apenas a falta de alimentos, mas também a falta de nutrientes advinda do que se come. Essa população periférica, com fortes características marcadas pela exploração racial, de gênero e socioeconômica, é a experiência concreta e viva dos conceitos de desertos e pântanos alimentares.

A fome na região do DF tem localização, cor e gênero predominantes, e observa-se que a insegurança alimentar atinge principalmente domicílios constituídos por famílias monoparentais chefiadas por mulheres pretas²⁰.

No ano de 2022, foi atestado pelo Ministério da Cidadania que o DF possui a maior rede de proteção social do Brasil, contando com programas como o Cartão Prato Cheio, Cesta Verde, Cartão Gás e o DF Social, sendo alguns destes programas auxílio temporário e outros fixos mediante aprovação de cadastro realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região em que o cidadão se encontra (SEDES, DF 2023). No entanto, ser a maior rede de proteção brasileira não significa necessariamente que apresenta ótimos resultados no que diz respeito à qualidade de vida da população. Apesar dos programas existentes e da relevância de cada um deles dentro do território do Distrito Federal, como citado anteriormente, milhares de cidadãos brasileiros que habitam o centro do país sentem em seus dias o que é estar desassistido pelas forças governamentais.

¹⁹ NATURA, I. ENTRE DESERTOS E PÂNTANOS. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

²⁰DUTRA, F. Pesquisa mostra que a insegurança alimentar afeta 720 mil pessoas no DF. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/pesquisa-mostra-que-inseguranca-alimentar-afeta-720-mil-pessoas-no-df>. Acesso em: 7 jan. 2024.

CAPÍTULO 2

A PANDEMIA DA COVID-19 E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXPOSTAS PELA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Figura 2: Trabalho, casa - Frente povo sem medo (Latuff, 2019)



Fonte: Cartilha Reforma da Previdência²¹

²¹Disponível em: https://mtst.org/wp-content/uploads/2019/05/Cartilha-Reforma-da-Previde%CC%82ncia_final_web.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024.

CAPÍTULO 2 - A PANDEMIA DA COVID-19 E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXPOSTAS PELA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Este capítulo busca contextualizar o momento histórico em que o Brasil foi atingido pela pandemia da Covid-19, bem como ressaltar a experiência vivida neste momento no que diz respeito à segurança alimentar da população. Além disso, aborda como o Governo Federal falhou nos momentos em que a tomada de atitudes que priorizassem a saúde da população era mais emergentes.

Apresenta também a forma de resistência histórica e cultural frente à fome e a insegurança alimentar, que são as comunidades quilombolas, que, com sua tradição e continuidade, são símbolo de resistência e a interseccionalidade como questão social exposta pelo MTST.

2.1 Contextualização do período da pandemia da covid-19 para a questão da segurança alimentar no território brasileiro.

Em dezembro de 2019, na China, aumentou a ocorrência de um novo tipo de coronavírus que ainda não havia sido detectado em humanos. O que se esperava dos países por parte da Organização Mundial da Saúde era a cooperação para superar esse novo vírus que crescia e se alastrava de forma rápida e severa. No entanto, o que se observou foi, mais uma vez, o crescimento do pensamento mercadológico na área da saúde. Formou-se uma guerra comercial por equipamentos de proteção individual (EPI), respiradores, testes e medicamentos (Monteiro, 2020). A peculiaridade deste novo vírus, que se espalha e contamina de forma agressiva, é que sendo desenvolvido ou não, rico ou não, todos os países e pessoas estavam sujeitas a se contaminar por ele.

A pandemia causada pelo vírus transmissor da Covid-19 chegou ao Brasil em fevereiro do ano de 2020, causando em menos de 5 meses mais de 60 mil mortes (Ministério da saúde, 2020). Devido ao desconhecimento científico a respeito do novo vírus, das formas de contaminação, de quais eram os grupos de risco e de sua rápida propagação, a medida emergencial tomada foi o convocar o isolamento social. Em março do mesmo ano, foram tomadas mais medidas a fim de proteger a população, como o decreto do estado de calamidade pública, a fim de garantir recursos para saúde e emprego, o atraso no recolhimento do Fundo de garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fechamento de fronteiras,

em especial com a Venezuela entre outras. No entanto, as medidas tomadas, demonstraram fortemente que a prioridade do Governo Federal, chefiado por Jair Bolsonaro, neste momento era muito mais voltada para a economia do país, e não para as milhares de pessoas que continuavam expostas ao vírus aumentando os gráficos da doença no Brasil.

Previamente à pandemia da Covid-19, já era possível observar o desmonte de políticas públicas no setor da segurança alimentar no país, principalmente quando se trata do DHAA. Tendo em vista que, desde o golpe²² que retirou do poder a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, já ocorria o constante enfraquecimento e desmonte das políticas públicas de garantia de direitos do fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis (SOUSA, p. 2, 2021). O dismantelar das políticas que promovem segurança alimentar teve em 2018 um forte intensificar e seguiu acontecendo, tendo a exemplo disso, em meados do governo de Jair Bolsonaro, a partir da Medida Provisória (MP) nº 870/2019, no ano de 2019, a eliminação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que possui a competência de auxiliar o presidente da república na formulação de políticas e na definição de diretrizes para garantia do direito humano à alimentação e integrar as ações governamentais com vistas ao atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome.

Com a pandemia da Covid-19 no Brasil, o quadro da alimentação inadequada ou inexistente ficou mais crítico, devido principalmente à gravidade da crise sanitária que impediu a população de ir às ruas buscar sustento, e nos momentos mais críticos deste período pandêmico (2020 e 2021), ficou clara a falta de políticas públicas de segurança alimentar, como propõe a Lei nº 11.346/2006 (LOSAN). Além disso, os recursos federais investidos nesta área diminuíram. Mesmo com o intensificar dos sintomas advindos da pandemia vivida no Brasil e no mundo, foram aprovadas medidas que deixavam ainda mais grave a fome no território brasileiro, como corte de recursos e reformulações no Programa de Aquisições de Alimentos (PAA), programa este que possui o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar²³.

Admitindo que o Brasil foi fortemente afetado pela crise sanitária e humanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2, e junto a isso, tendo em vista que na América Latina o maior número de casos e óbitos foram de brasileiros (SOUSA, p. 9, 2021); a quantidade e a

²² Golpe de Estado. É o que afirma a esquerda brasileira em relação ao evento que tratou da deposição da Presidente Dilma. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51175-13072018-083019.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.

²³ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 9 jan. 2024.

qualidade dos alimentos foram afetadas, tanto a curto quanto a longo prazo, com a parcela mais pobre da sociedade brasileira sendo gravemente atingida por essa recessão²⁴. Um estudo feito pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal com o tema “Desigualdades e impactos da covid-19 na atenção à primeira infância”, evidenciou que a transferência de renda mensal durante a pandemia, a partir dos programas emergenciais de transferência de renda, foi insuficiente para neutralizar os efeitos do fechamento das escolas - e da consequente falta de merenda escolar – no estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos, ajudando apenas a atenuar os sintomas²⁵. Sendo assim, os programas realizados pelo Governo Federal neste período, não demonstravam características que seriam capazes de sanar os problemas, mas sim com forte teor paliativo.

Sabendo que no início do ano de 2020 mais de um milhão de famílias aguardavam para serem incluídas no programa Bolsa Família²⁶, entende-se que antes mesmo da pandemia atingir o território brasileiro, grande parte da população vivenciava situações de vulnerabilidade e fome. Ainda assim, com a realidade cruel em que se encontravam muitos brasileiros, o governo de Bolsonaro mostrou-se indiferente à situação e seguiu por privar tantos do acesso ao benefício (GUIMARÃES, 2020). Além do mais, quando veio à tona a discussão sobre a necessidade de políticas emergenciais de transferência de renda, foram necessárias diversas discussões para conseguir aprovação do auxílio, e ainda mais acerca do valor a ser oferecido, dado ao fato de que, inicialmente, era pretendido que o auxílio fosse de apenas R\$ 200,00 (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, p. 66, 2022).

Figura 3: Auxílio Emergencial (Bruno Lanza, 2021).



Figura 4: Auxílio emergencial (J. Bosco).



²⁴ Segundo o Relatório do Comitê Mundial de Segurança Alimentar.

²⁵ PARCERIA, A. et al. IMPACTOS da COVID-19 na atenção à PRIMEIRA INFÂNCIA. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/20221/file/desigualdades-e-impactos-da-covid-19-na-atencao-a-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

²⁶ Programa do governo federal que teve um papel fundamental para que em 2014 o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome.

Fonte: José Guimarães²⁷

Fonte: O liberal, 2021²⁸

Havia muitas divergências no que diz respeito a como a população deveria se comportar durante o caótico período pandêmico, assim como o próprio Presidente da República, que não aceitava e desencorajava as medidas de controle e prevenção do vírus incentivadas por cientistas, médicos e outros profissionais capacitados. Além disso, houve quatro trocas no cargo de ministro da saúde e, ainda, a ausência de um deles por cerca de 82 dias, tendo a eficácia das medidas de prevenção enfraquecidas e a adesão por parte da população, foi fortemente afetada (MORAES, 2020).

No que diz respeito aos serviços de assistência, um levantamento com gestores públicos e profissionais da assistência social, apreendeu que a fome e a desnutrição passaram a ser os temas centrais do trabalho das secretarias. O aumento da situação de vulnerabilidade das famílias levou as secretarias de Assistência Social a mudar suas prioridades e focar o atendimento em demandas urgentes e pontuais, como a distribuição de alimentos e produtos de primeira necessidade, o cadastro em benefícios eventuais de auxílio alimentação e de cestas básicas. Os gestores e profissionais da assistência social relataram que o trabalho assumiu caráter “assistencialista”. Eles contextualizam este comentário com o fato de que os serviços que precisaram ser oferecidos não alteravam a realidade das famílias de maneira estrutural, tampouco tinham a capacidade de emancipá-las, e que outras políticas e programas com foco na proteção social e no fortalecimento de vínculos foram prejudicados (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, p. 66, 2022).

2.2 Expressões de resistência frente à fome e à insegurança alimentar e nutricional

Tratar a insegurança alimentar e nutricional revela que a história por trás de toda a condição acerca da alimentação é antiga e possui raízes profundas. Com o desenrolar da história, no Brasil foram observadas diversas formas de resistência frente à fome e a insegurança alimentar e nutricional, à exemplo dos movimentos camponeses, das comunidades quilombolas e outros. Além da segurança alimentar, surgem conceitos como

²⁷GUIMARÃES, J. Para gastar milhões para comprar leite condensado, Bolsonaro tem dinheiro, mas para pagar o auxílio emergencial diz que não tem! #ForaBolsonaro O impeachment é URGENTE! Charge: Bruno Lanza pic.twitter.com/zzsyhqizsn. Disponível em: <https://twitter.com/guimaraes13PT/status/1354406898200686593>. Acesso em: 9 jan. 2024.

²⁸LIBERAL, O. Confira a charge deste sábado sobre o “auxílio emergencial”. Disponível em: <https://www.oliberal.com/charges/confira-a-charge-deste-sabado-sobre-o-auxilio-emergencial-1.350279>. Acesso em: 9 jan. 2024.

soberania alimentar, que aponta ainda mais o caráter social e político da alimentação e até mesmo da própria comida.

Para as ciências sociais, a comida interessa a partir do momento em que é tomada como fato social, dotado de poder simbólico, pelo qual perpassam dados culturais e identitários, como afirma Alexandra Santos (2012, p. 3). As formas como a sociedade e seus segmentos interagem com a comida e a relação dela com o território em que se encontra, é de grande relevância social, até mesmo para que se possa discorrer sobre as questões que desvelam as formas de resistência que fizeram possível a observação da relação entre sociedade e comida, entre a sociedade e a própria fome.

As comunidades quilombolas, muito tratadas como “comunidades remanescentes”, são um grande exemplo de resistência perante o colonialismo racista, que foi e permanece sendo uma grande causa da fome de milhares de pessoas marginalizadas no processo da construção democrática brasileira.

Os hábitos alimentares possuem identidade, são grandes fornecedores de dados sobre as relações sociais, além disso, expõem disputas de poder, ocupações de espaços sinalizadores de *status*, caracterização de gênero, etnia e faixa etária (Santos, 2012, p. 4). O alimento, até o presente, possui força reveladora das transformações político-sociais, nas quais o acesso ao mesmo expõe fortemente o cenário nacional quanto à segurança alimentar e nutricional.

Pretos, pobres, pessoas historicamente segregadas, povos invisibilizados, são algumas das características da chamada comunidade quilombola. A resistência significativa frente à fome e a insegurança alimentar que este povo representa está na preservação do papel singular que o alimento tem para a preservação cultural. Nem mesmo as mudanças de ocupação do espaço social foram capazes de apagar os fortes traços culturais que impediram a morte de todo um povo. Povo este que fortalece vínculos com alimentos que muitas vezes lhe foram negados, mas que, no entanto, fizeram possível sua subsistência, como o milho, em seu grande valor nutricional²⁹.

A luta dos povos pela soberania alimentar, em um contexto de construção de políticas afirmadoras de características racistas e coloniais, é um forte símbolo de resistência. A soberania alimentar representa para muitos ter segurança alimentar, como afirma Boni e Bosetti (2017, p. 212). Garantir a segurança alimentar para povos tradicionais é também reconhecer suas práticas culturais e o direito deles ao território que lhes pertence. A estrutura

²⁹ Disponível em: <http://file:///C:/Users/AI%C3%AA/Downloads/karinaadad,+3134-11970-1-CE.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

da sociedade está materializada na alimentação, sendo regida pelas interações sociais e a cultura se concretiza no prato de quem se come (MILLÁN, 2002, p. 277- 278).

Junto a movimentos sociais como o MTST, o povo quilombola encontrou apoio e força para enfrentar momentos críticos, como o período da pandemia da covid-19³⁰, e assim não se deixarem serem apagados.

2.3 A interseccionalidade como expressão da questão social exposta pelo MTST

Os processos sociais são fortemente influenciados pela condição de classe social, de gênero e de raça. Fazendo uso da interseccionalidade como categoria analítica, podemos falar do cruzamento de discriminações em detrimento de uma classe exclusiva de indivíduos: as mulheres pretas e pobres. De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173), a “discriminação interseccional” envolve tanto os “aspectos de gênero da discriminação racial” quanto os “aspectos raciais da discriminação de gênero”. Os estudos sobre as dimensões culturais da pobreza contribuem para oferecer maior abertura à heterogeneidade de experiências, significados e respostas possíveis frente a constrangimentos estruturais semelhantes como afirma Bayón (2013).

Patricia Hill Collins (2016, p. 100) tem defendido que a visão privilegiada das mulheres negras em relação “ao *self*, à família e à sociedade” permite uma análise aprofundada dos mecanismos que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. Assim, quando se permite enxergar a interseccionalidade que está na reprodução da discriminação de gênero e raça junto à situação de pobreza, pode-se compreender que a sociedade tem sua “pirâmide de privilégios”, na qual a mulher negra e pobre encontra-se na base.

Entendendo assim a realidade interseccional a qual está sendo tratada, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto revela que, de fato, nas periferias do DF as mulheres chefes de famílias monoparentais negras estão em maior número.

De acordo com o “II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil” (II VIGISAN), 33,1 milhões de pessoas no país passaram fome (REDE PENSSAN, 2022). Em 2022, somente quatro em cada dez domicílios conseguiram acessar o direito à alimentação plena. Dos domicílios com insegurança

³⁰ Disponível em:

<https://mtst.org/noticias/convocacao-aos-povos-indigenas-tradicionais-e-quilombolas-e-organizacoes-populares-na-america-latina/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

alimentar, a maioria era composta por pessoas negras, mulheres e com crianças, em um claro retrato da agudização das expressões da questão social no país.

Ainda no ano de 2021, o MTST, por meio do *Google Forms*, aplicou um cadastro social que obteve cerca de 165 respostas. Feita a análise dos dados coletados, foi apontado que os usuários das cozinhas solidárias do movimento são majoritariamente mulheres, negras, mães e usuárias de programas sociais de transferência de renda, com baixa escolaridade e, frequentemente, sem acesso à internet (SILVA, J. H. p. 42, 2023). A nutricionista e ativista Beatriz Blackman, que atua na cozinha solidária, declarou em conversa que “Passando alguns dias como observadora, é possível reconhecer que a maioria das pessoas na fila são negras, mulheres e crianças”. Beatriz afirma ainda que estudos socioeconômicos estão sendo feitos sobre o perfil dos usuários da cozinha e, em breve, será publicado um artigo com estes dados.³¹

³¹ Informação verbal registrada em conversa.

CAPÍTULO 3

O TRABALHO REALIZADO PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO DISTRITO FEDERAL

Figura 5: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto na rua.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil³²

³²LEVORATO, G. MTST vai enviar militantes às estradas para desfazer bloqueios bolsonaristas. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/mtst-vai-enviar-militantes-as-estradas-para-desfazer-bloqueios-bolsonaristas>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CAPÍTULO 3 - O TRABALHO REALIZADO PELO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO NO DISTRITO FEDERAL.

Este capítulo busca contextualizar o momento histórico em que o Brasil foi atingido pela pandemia da Covid-19, bem como ressaltar a experiência vivida neste momento no que diz respeito à segurança alimentar da população. Busca salientar também, como o Governo Federal falhou nos momentos em que a tomada de atitudes que priorizasse a saúde da população eram mais emergentes.

Além disso, neste capítulo serão tratadas as medidas sociais postas em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, bem como a interseccionalidade que o movimento expõe. Nele estarão relacionadas as ações paliativas e assistencialistas com a assistência social e o trabalho dos assistentes sociais, que nos momentos de crise sanitária e humana estiveram juntos, principalmente por causa da falha das políticas públicas em assegurar direitos humanos básicos.

2.1 Levantamento das ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em Sol Nascente/DF no período da pandemia da Covid-19.

Desde o início da pandemia da covid-19 movimentos sociais se mobilizaram em *prol* do combate à fome e para buscar recursos que atendessem às necessidades básicas da parcela da população que assistiu suas estruturas de vida serem abaladas e comprometidas com o surgimento desse vírus. O agravamento da fome e o aparecimento de cada vez mais dificuldades vieram a ser as notícias mais comuns, e com a falta de iniciativas do Estado para proteção das classes populares e o apagamento de programas como o PAA, que foi extinto no governo Bolsonaro em meados do ano de 2022.

Diante desse cenário caótico e desolador, no qual milhares de pessoas morriam diariamente e outras milhares passavam fome, em regiões do DF, como Planaltina e Sol Nascente, movimentos sociais como o MTST, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Trabalhadores Rurais Tem Terra (MST) e outros, se uniram em articulações para combater a insegurança alimentar que assola regiões periféricas e invisibilizadas do DF (MTST, 2022). Assim, observamos a importância que possuem os movimentos sociais no território brasileiro, se constituindo como uma frente contra a invisibilidade dos problemas sociais, nutricionais, de saúde, educacionais das populações pobres e periféricas e lutando pela garantia de direitos.

Como um importante movimento social, atuante nas periferias do DF, o MTST lutou contra as adversidades resultantes do desmonte de políticas públicas no Brasil, realizando em junho do ano de 2021, o projeto da Cozinha Solidária do território do Sol Nascente, na Ceilândia, pretendendo distribuir pelo menos cem marmitas de segunda a sexta-feira, de forma gratuita, com o objetivo de diminuir o sofrimento e a fome daqueles que realmente precisam (MTST, 2021).

Além de ser um espaço para distribuição gratuita de refeições, a Cozinha Solidária do MTST no Sol Nascente veio a ser um local para discussões e construção de representatividade e luta pela conquista de direitos civis e sociais. O movimento afirma que as Cozinhas Solidárias não são apenas sobre comida, mas são também locais de luta, resistência, apoio e cultura para a população periférica. Os espaços recebem mutirões de apoio jurídico coletivo e individual, cines-debate, rodas de conversa com gestantes, oficinas culturais, cursos, reforço escolar para crianças e alfabetização de jovens e adultos (MTST, 2023). A força política e social do espaço físico das cozinhas solidárias hoje é grande e resistente, como afirma Beatriz Blackman, nutricionista e ativista que integra o movimento, em entrevista concedida durante nossa visita de campo à Cozinha:

“A cozinha hoje tomou vários sentidos. Como nutricionista e ativista, a cozinha toma o lugar da luta e da garantia de direitos e combate à fome. Como mulher preta, é um lugar de afeto, cuidado e cura. Para além da alimentação, outras articulações com o setor saúde por exemplo também acontecem.”

Contribuir com a soberania alimentar na periferia é o primeiro objetivo do movimento com as cozinhas solidárias. Desta forma, as cozinhas promovem o cultivo de hortas urbanas comunitárias, para que seja fornecido alimento para as próprias cozinhas e, sempre que possível, para doação às comunidades próximas (MTST, 2023).

Com cozinhas solidárias e as hortas urbanas, vemos o MTST combatendo os desertos e pântanos alimentares, onde devido à falta de informação, de renda, de tempo e à distância se observa alimentação precária, com alimentos altamente processados e com baixo valor nutricional. Assim, além da distribuição gratuita de refeições, ainda há o incentivo à alimentação de qualidade, incentivando o consumo de nutrientes que são necessários para que a população goze de boa saúde, como propõe a LOSAN.

Figura 6: Encontro do curso “Direitos, comida e mulheres” realizado na cozinha solidária do MTST no Sol Nascente - Parceria do MTST DF e o projeto *MultiplicaSSAN* da Universidade de Brasília.



Fonte: MTST Distrito Federal, 2023.

Figura 7: Direito à Alimentação MTST.



Foto: Silvânia Caribé, 2021.

No decorrer de 2021, primeiro ano de atuação da cozinha solidária do MTST, no Sol Nascente, foram distribuídas gratuitamente cerca de duzentos e sessenta toneladas de alimentos para a população, tendo apenas no mês de julho do 2022, cerca de 62 mil quilos de alimentos distribuídos (MTST, 2022). Desta forma, a atuação dos trabalhadores do movimento tornou-se cada vez mais importante para a população do território em que a cozinha está inserida, tendo em vista que a grande lacuna existente em assegurar o DHAA por parte do Estado foi atenuada pelas ações solidárias do MTST.

Devido à má gestão dos governos federal e distrital durante a pandemia, em que quase 700 mil brasileiros perderam suas vidas, foi instalada uma severa crise econômica e social no

país, tendo assim, o aumento do desemprego, da inflação e a volta do Brasil ao mapa da fome. Sabendo disso, as cozinhas solidárias do MTST nasceram a partir de uma rede de afeto e solidariedade, sem qualquer investimento público. As cozinhas funcionam apenas com o esforço de muitas pessoas e organizações que colaboram de diversas formas, na ação de fato ou por meio de doações para o financiamento coletivo do MTST (MTST, 2023).

Inicialmente, o projeto visava pôr em funcionamento 16 cozinhas solidárias espalhadas em diversas periferias do país, mas com a notável carência da população. Logo o projeto se expandiu e em três anos já operam 30 cozinhas solidárias do MTST, contando apenas com a contribuição solidária dos apoiadores do movimento (MTST, 2023).

Constatar que a participação de movimentos sociais no combate à insegurança alimentar no Brasil é tão importante ao ponto de serem essenciais em muitas regiões, chama uma preocupação ao ter em mente que organizações sem fins lucrativos (ONGs) e movimentos sociais não têm o dever de assegurar direitos, e sim o Estado.

Ao adentrar a realidade das periferias do DF observa-se que os trabalhos realizados pelo MTST, não consistem apenas filantropia, militância³³ e voluntarismo, mas também em estudos coletivos para fornecer a população mais pobre conhecimento, para que eles possam entender e tratar a própria realidade em que estão inseridos. Além das assembleias, ações e ocupações de espaços, as cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto são a marca registrada dele, sendo o espaço físico de união em prol da classe e que recebe, sem pré-julgamentos, qualquer pessoa com a dignidade que um cidadão merece³⁴.

2.2 Assistência social, a questão social e o assistencialismo

A assistência social foi criada como política pública em 17 de dezembro de 1993, pela Lei nº 8.742, ficando definida como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado³⁵. É uma política regida por princípios como a universalidade dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, igualdade de direitos no acesso ao

³³ Neologismo: atitude ou comportamento de uma pessoa que luta por uma causa.

³⁴ Informação verbal registrada em visita de campo à Cozinha Solidária do MTST no Sol Nascente.

³⁵ Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

atendimento, sem discriminação de qualquer natureza entre outros (Art. 4º - LOAS). Além disso, uma das diretrizes da assistência social é a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. Dito isso, é possível afirmar que assistência social é algo que existe para garantir a dignidade dos cidadãos, afirmando por meio de políticas públicas, o que são direitos humanos e o que é de fato responsabilidade do Estado.

No caso dos profissionais da assistência social, os assistentes sociais têm, para a sua prática profissional, princípios de defesa dos direitos humanos e da justiça social, visando alcançar a superação da desigualdade social e das situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego (CFESS, 2010). Tendo assim, como objeto de trabalho a questão social.

Por sua vez, a questão social se expressa na incapacidade individual às determinações estruturais de uma sociedade que é regida a partir do modo capitalista de produção. Está na concepção de Teles (1996, p. 85):

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

Sendo assim, assistentes sociais têm seu foco de trabalho na parcela da população que é afetada negativamente pelo modelo capitalista de produção, que passa por privações, e por isso, não tem seus direitos amplamente garantidos. Yazbek (2004), afirma que o capitalismo possui uma expressiva relação predatória no trato da questão social, principalmente quando se apresenta junto ao estado mínimo e seletivo³⁶, causando de forma nefasta a naturalização das desigualdades sociais. A questão social se apresenta na origem do capitalismo, mas foi denominada assim na terceira década do século XIX para explicar o pauperismo na Europa Ocidental, e deve considerar, tanto em suas já conhecidas expressões quanto nas que vão surgindo, as particularidades histórico-culturais e nacionais (Neto, 2013, p. 11)³⁷. Desta forma, a questão social no Brasil, deve considerar as particularidades do capitalismo dependente na formação social Brasileira, sem que seja desprezado o caráter universal da lei geral de acumulação capitalista (Silva, 2022).

³⁶

Disponível

em:

file:///C:/Users/AI%C3%AA/Downloads/2465-Texto%20do%20artigo-8691-1-10-20180506%20(1).pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

³⁷ Vista do “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38352/27069>. Acesso em: 1 fev. 2024.

A fome é, antes de tudo, produto da exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores (Castro, 1965), e como um dos resultados das contradições advindas do poder e da dominação de classe sobre classe, é uma das mais preocupantes expressões da questão social. Quando o Estado se afasta da área social, causa uma queda drástica nos investimentos da área, tendo os problemas sociais aumentando, tal como a própria fome (Farias, 2003). Castro (1984) afirma que, no desenvolvimento do processo de urbanização, diferentemente de países como os Estados Unidos, no Brasil apresentou-se duas realidades, a indústria do ‘fique rico depressa’, para uma pequena parcela, e outra aplicada para a maioria, a indústria da fome.

Enquanto que, segundo a LOAS a assistência social visa assegurar benefícios continuados e eventuais, programas, projetos e serviços socioassistenciais, a concepção de assistencialismo é outra, completamente diferente. No assistencialismo, a lógica que vai imperar é a do favor, da doação, da caridade e da boa vontade, sem se pautar necessariamente na lógica do direito³⁸, como a assistência após sua regulamentação.

Desde o ano de 2005, temos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) voltado para a população que passa por essas condições de pobreza e injustiça social, levando em conta o direito humano como primazia. Porém, a cultura assistencialista se faz muito presente no Brasil, ainda atualmente.

Movimentos sociais levantam bandeiras ideológicas e combatem a miséria em diversos segmentos da sociedade, e apesar de não possuírem caráter assistencialista, projetos como o da cozinha solidária, que é atuação secundária do MTST, revelam ações paliativas emergenciais com características de ajuda, que não são o foco da luta dos movimentos, mas que expõe a situação de abandono que as classes mais baixas vivenciam.

38

Disponível em: <https://portaldoss.com.br/as-diferencas-entre-assistencia-social-servico-social-assistente-social-e-assistencialismo/>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 8: Povo sem medo (Latuff, 2019).



Fonte: Cartilha Reforma da Previdência³⁹

³⁹ Disponível: <https://mtst.org/noticias/povo-sem-medo-lanca-cartilha-sobre-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome é determinada por fatores históricos, políticos, culturais e outros, e é a realidade vivida por milhões de brasileiros, há muito tempo. Com seus altos e baixos, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil, vem nos anos que se passaram (2018-2022) tomando uma alta assustadora e preocupante, que demonstra a preocupação rasa que os governos, como o chefiado por Bolsonaro, principalmente durante a pandemia da Covid-19, tinham para com a população carente de recursos e insumos.

Durante o período em que o Brasil esteve refém da crise sanitária e humanitária que foi ocasionada pelo novo coronavírus, a fome em sua forma mais severa esteve presente nas casas de uma grande parcela da população, parcela essa marcada pela pobreza que aumentou expressivamente no momento da crise. Neste momento, a responsabilidade do Estado de garantir os direitos básicos, como previsto na LOSAN, não foi prioridade para o governo, delegando sua responsabilidade de garantir alimento para movimentos e organizações da sociedade civil.

O MTST é um movimento que surgiu na década de 1990, como apontam os trabalhos de Lima (2004), Oliveira (2010) e Goulart (2011) que analisam a gênese histórica do movimento, com uma prerrogativa que vai para além da luta por moradia urbana, levantando a bandeira das transformações sociais, contra a miséria nos centros urbanos, com ideologia socialista que forma militantes por todo o Brasil⁴⁰. Em razão das carências da população urbana, o movimento deu início a ações que priorizassem o combate à insegurança alimentar, para de alguma forma amenizar a fome e o sofrimento de tantas famílias, que vivem sem o mínimo de dignidade, abandonadas pelo poder público. A ação mais evidente, tomada pelo MTST, foi a das cozinhas solidárias, que além de alimentar a população periférica durante a pandemia, criou espaço de construção ideológica para transformação e revolução.

O projeto das cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto foi reconhecido e premiado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), recebendo o prêmio “Desafio da Infância Saudável”. Sendo assim, reconhecido pelo trabalho feito, de valor imensurável para a sociedade.

Atuando nos grandes centros urbanos do país, o MTST é um exemplo da força que possui organizações da sociedade civil, que se fazem firmes e incansáveis até que se observe a garantia de direitos, traçando um caminho árduo que tem seus reflexos a médio e longo

⁴⁰ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5W5LfFwZS3nGnnZd7YKJDHk/?lang=pt> Acesso em: 18 de jan. 2024.

prazo. O movimento busca pressionar as autoridades, ocupando imóveis que se encontrem desocupados e/ou em situação de irregularidade, para que dessa forma seja possível a busca por moradia para os que são cidadãos de direito, que passaram por situações de despejo ou não foram capazes de arcar com os altos valores que são cobrados para que se tenha um teto no meio urbano.

Mesmo com a nobre causa, o valoroso trabalho e as mais fortes expressões de intenção de transformação e evolução, o movimento passa por consecutivos ataques à sua imagem, tendo seus militantes chamados de invasores e até mesmo de terroristas. Guilherme Boulos afirma que é muito comum quando acontece uma ocupação ataques ao movimento e falas como: “Sou contra tomar o que é dos outros”, “Tem que trabalhar para comprar sua casa!” ou “Isso é roubo, vandalismo!” (2015, p.75). Boulos afirma ainda que mais de 55 mil famílias passaram pelas ocupações do movimento em cerca de 20 anos. A imagem negativa construída sobre o MTST, vem a ser uma forma cruel de retribuição a todo trabalho feito por ele.

No período pandêmico, além de toda a força dada à população periférica com as Cozinhas Solidárias, ainda no princípio da crise, em março de 2020 foi criado um fundo de emergência para arrecadar recursos para as famílias que foram infectadas pelo vírus, e necessitavam de tratamento. Além disto, este fundo emergencial destinou recursos para a compra e distribuição gratuita de cestas básicas, álcool em gel 70% e materiais de limpeza (MTST, 2020).

Além de toda a luta e trabalho do MTST, fica claro o apoio do movimento às mulheres pretas, chefes de famílias monoparentais. O espaço da cozinha solidária veio a ser um ambiente seguro de trabalho, de doação e de educação para a família como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S. **Desigualdades sociais no DF aumentam. Relatório do Inesc mostra dados gritantes de desigualdades racial, de gênero e de classe no Distrito Federal.** INESC. 2023. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/desigualdades-sociais-no-df-aumentam/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BELIK, W. **Inovações para a promoção do acesso aos alimentos por meio de organizações da Sociedade Civil no Brasil.** Unicamp. Segurança Alimentar e Nutricional. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8673795>. Acesso 20 dez. 2023.
- BELLOZO, E.; DE REZENDE, M. J. **A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980: A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO.** Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/edsonbellozo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- Bosco, J. **AUXÍLIO EMERGENCIAL.** 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/charges/confira-a-charge-deste-sabado-sobre-o-auxilio-emergencial-1.350279>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- BRASIL DE FATO. **Mapa da fome: pesquisa mostra onde estão as pessoas em insegurança alimentar no país. 2022.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/14/mapa-da-fome-pesquisa-mostra-onde-estao-as-pessoas-em-inseguranca-alimentar-no-pais>. Acesso em: 22 jan. 2024.
- CAISAN. **Estudo: Técnico Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil.** Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Ministério da Cidadania/MC. 2019. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_T%C3%A9cnico_Mapeamento_Desertos_Alimentares_Final_30_10_2019\(1\).pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/Estudo_T%C3%A9cnico_Mapeamento_Desertos_Alimentares_Final_30_10_2019(1).pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.
- CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 2012/2015.** 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024c.
- Câmara dos Deputados. **Governo anuncia medidas de combate à pandemia de coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/646385-governo-anuncia-medidas-de-combate-a-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 4 jan. 2024.
- Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 - Publicação Original.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacao-original-1-pl.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.

Camargo, Marcelo. **MTST vai enviar militantes às estradas para desfazer bloqueios bolsonaristas**. Agência Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/mtst-vai-enviar-militantes-as-estradas-para-desfazer-bloqueios-bolsonaristas>. Acesso em 7 fev. 2024.

Collins, P. H. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

Conselho Federal de Nutricionistas. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CRAVO, A. GOULARTE, J. **Mapa da Fome: insegurança alimentar se agravou na pandemia e atingiu mais de 70 milhões de brasileiros**. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/12/mapa-da-fome-inseguranca-alimentar-se-agravou-na-pandemia-e-atingiu-mais-de-70-milhoes-de-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CUT - Distrito Federal. **Distrito Federal tem 32% da população em insegurança alimentar grave ou moderada**. 2022. Disponível em: <https://df.cut.org.br/noticias/distrito-federal-tem-32-da-populacao-em-inseguranca-alimentar-grave-ou-moderada-a865>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DE OLIVEIRA, C.; DA, R. B. A. **Em meio à fome, Bolsonaro enterra programa de compra de alimentos**. Fundo Social de Solidariedade - SP. 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/fome-bolsonaro-enterra-programa-alimentos/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DE SÁ, D. M. **Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia**. Casa de Oswaldo Cruz. 2020. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DE SOUZA, F. V. L. **CONTEXTUALIZANDO O GOLPE DE 2016 E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS**. VI Seminário CETROS. Crise e mundo do trabalho no Brasil. Desafios para a classe trabalhadora. 2018. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51175-13072018-083019.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R.; SILVA, K. N. E. **Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prática-política**. Recebido em, v. 12, p. 13–21, 2009. Acesso em 21 fev. de 2024.

DUTRA, F. **Pesquisa mostra que a insegurança alimentar afeta 720 mil pessoas no DF**. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/pesquisa-mostra-que-inseguranca-alimentar-afeta-720-mil-pessoas-no-df>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FALCHETTI, C. **Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas.** Revista Brasileira de Sociologia. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595773689006/html/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRENTES DE LUTA. **8 de março: Dia Internacional de Luta das Mulheres.** Disponível em: <https://mtst.org/frentes-de-luta/8-de-marco-dia-internacional-de-luta-das-mulheres/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **DESIGUALDADES E IMPACTOS da COVID-19 NA ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA.** 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/20221/file/desigualdades-e-impactos-da-covid-19-na-atencao-a-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GOMES, N. N. J. **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E NECESSIDADES HUMANAS.** Fundação Perseu Abramo. 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Seguran%C3%A7a-alimentar-web-novo.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Gov. Federal. **Consea.** Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea>. Acesso em: 7 jan. 2024.

Gov. Federal. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em 20 jan. 2024.

Gov. Federal. **Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014.** Combate à fome. Casa Civil. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Acesso em: 30 jan. 2024.

IDEC. **ENTRE DESERTOS E PÂNTANOS.** Quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. Alimentando políticas. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/idec-urban-food-sources-fact-sheet_a4-site.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

Lanza, Bruno. **MAIS AUXÍLIO EMERGENCIAL?? NÃO TEM ECONOMIA QUE AGUENTE, TALKEY.** Para gastar milhões para comprar leite condensado, Bolsonaro tem dinheiro, mas para pagar o auxílio emergencial diz que não tem! 2021. Disponível em: <https://twitter.com/guimaraes13PT/status/1354406898200686593>. Acesso em 5 jan. 2024.

LUSA, M. G. **MOVIMENTOS SOCIAIS E MULHERES: identidades e lutas.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisemulheresidentidadeselutas.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MACHADO, E. M. **Questão Social: Objeto do Serviço Social?** Serv. Soc. Rev. Londrina v. 2 n. 1 p. 1-153 jul./dez. 1999. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

MARIANO, S. Ferreira, L. P. **EU INDIVIDUALIZADO E DESTRADICIONALIZAÇÃO DE GÊNERO: DISCUTINDO INDIVIDUALIZAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.** SOCIOL. ANTROPOL. | RIO DE JANEIRO, V.13:03: e 230039, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sant/a/TQZNkZFfw9MZSJc6hNDWZdK/?lang=pt>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

MONTEIRO, N. **O Estado em desmonte frente à epidemia da Covid-19.** Physis (Rio de Janeiro, Brazil), v. 30, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/9KBHm65F9g5cV5TqymPcR7f/>. Acesso em 10 fev. 2024.

MORAES, I. **MTST: conheça o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.** Disponível em:

<https://www.politize.com.br/mtst-conheca-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-teto/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MTST BRASIL. **Convocação aos povos indígenas, tradicionais e quilombolas e organizações populares na América Latina.** 2020. Disponível em:

<https://mtst.org/noticias/convocacao-aos-povos-indigenas-tradicionais-e-quilombolas-e-organizacaoes-populares-na-america-latina/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MTST. **Enfrentando o Corona na Periferia.** Disponível em:

<https://mtst.org/enfrentando-o-corona-na-periferia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Nossa História - **Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida: Doe Agora.**

Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Nunes, Jalon de Farias. **O ASSISTENCIALISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA.** THE WELFARE OF BRAZILIAN SOCIAL ASSISTANCE. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/AI%C3%AA/Downloads/2465-Texto%20do%20artigo-8691-1-10-20180506%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/AI%C3%AA/Downloads/2465-Texto%20do%20artigo-8691-1-10-20180506%20(1).pdf). Acesso em: 9 fev. 2024.

Nutrição | MS. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.** Disponível em: <https://nutricao.saude.ms.gov.br/?p=2739>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PEREIRA, S. **A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL: PROJETOS,**

DESCONTINUIDADES E CONSOLIDAÇÃO. 1953 - Texto para discussão. IPEA. 2014.

Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

PELO, A.; EXECUTIVO, P.; CÂMARA, D. A. **PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PLANSAN 2016-2019).** Disponível em:

<https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PEREIRA, L. S. DE SOUSA, R. J. **O Serviço Social e a Segurança Alimentar e Nutricional: Uma Análise Bibliográfica da Atuação do Assistente Social no Programa Banco de Alimentos para Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.**

Faculdade Multivix. 2023. Disponível em:
<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/o-servico-social-e-a-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Portal da Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada - LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 - Publicação Original**. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacao-original-1-pl.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.

PORTAL DO SERVIÇO SOCIAL. **As diferenças entre Assistência Social, Serviço Social, Assistente Social e Assistencialismo**. 2022. Disponível em:
<https://portaldoss.com.br/as-diferencas-entre-assistencia-social-servico-social-assistente-social-e-assistencialismo/>. Acesso em: 9 fev. 2024.

Povo Sem Medo. **Cartilha Reforma da Previdência: Seu futuro está em jogo**. Campanha nacional em defesa da aposentadoria. 2019. Disponível em:
https://mtst.org/wp-content/uploads/2019/05/Cartilha-Reforma-da-Previdencia_final_web.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

RODRIGUES, A. R.; KAUCHAKJE, S.; OLIVEIRA, F. H. DE. **Mapas, fome e planejamento territorial**. Revista Katálysis, v. 26, n. 1, p. 32–42, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/dmSQSB5vN3wRFwDmXBWcWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 fev. 2024.

SANTOS, A. (2012). **O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.54-71, 2012. Acesso em 28 de fev de 2024. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/3134>.

Santos, Alexandra. **O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola**. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.54-71, 2012. Disponível em:
[file:///C:/Users/AI%C3%AA/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/LCOKSL15/karinaadad,+3134-11970-1-CE\[1\].pdf](file:///C:/Users/AI%C3%AA/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/LCOKSL15/karinaadad,+3134-11970-1-CE[1].pdf). Acesso em: 5 mar. 2024.

SANTOS, Felipe Imidio. **Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades**. 2020. 178 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Acesso em 28 de fev de 2024.
Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5729/572967132010.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O DF tem ampla rede de combate à fome e à insegurança alimentar**. 2023. Disponível em:
<https://www.sedes.df.gov.br/df-tem-ampla-rede-de-combate-a-fome-e-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SESTREM, G. R. **Retomada de invasões? O que esperar do MST no novo governo Lula**. 2022. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/retomada-de-invasoes-o-que-esperar-mst-novo-governo-lula/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SILVA, R. R. **Vista do “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal.** 2023. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/38352/27069>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SILVA, V. L. O. **A QUESTÃO HABITACIONAL: A LUTA DO MTST E DOS TRABALHADORES SEM TETO.** Universidade Federal de Uberlândia. 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27512/1/Quest%C3%A3oHabitacionalLuta.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Sousa, L.R.M., Ditterich, R.G., & Melgar-Quinonez, H. (2021). **A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdades de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 25 (supl. 1): e200651. Acesso em: 10 de jan. 2024.

Tomizaki, Kimi. Carvalho-Silva, Hamilton Harley de. Silva, Maria Gilvania Valdivino. **SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E POLITIZAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO.** Educ. Soc., Campinas, v. 37, n.º. 137, p.935-954, out.-dez., 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/5W5LfWZS3nGnnZd7YKJDHk/?lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

VALENTE, F. L. S. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos.** Saúde e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 51–60, 2003. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 4 fev 2024.

VASCONCELOS, F. DE AG DE. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Revista de Nutrição , v. 18, n. 4, pág. 439–457, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/?format=pdf&lang=pt>

XIMENES, DANIEL DE AQUINO. **Vulnerabilidade Social.** D.A. DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em:
<https://gestrado.net.br/verbetes/vulnerabilidade-social/>. Acesso em 10 fev. 2024.